

FACULDADES DE TEOLOGIA EM DIÁLOGO

*Aspirações e tarefas
da hora presente*

Tende a generalizar-se a colaboração das Faculdades de Teologia para estudo dos problemas que lhes são comuns. Relatámos em números anteriores da revista ¹ os primeiros encontros entre as Faculdades de Portugal e Espanha e apresentámos uma síntese dos temas neles tratados. Continuaremos agora a referir-nos ao último desses encontros e a outros realizados posteriormente no âmbito da Península Ibérica. Também será objecto da presente nota a I Reunião de Responsáveis das Faculdades de Teologia de toda a Igreja recentemente celebrada em Salamanca. Tendo em conta os programas destes encontros, congressos ou reuniões, o título que melhor parece quadrar ao nosso trabalho é o seguinte: *Aspirações e tarefas das Faculdades de Teologia na hora presente*.

A 21 e 22 de Dezembro de 1972, realizou-se em Alcobendas, perto de Madrid, o II Encontro de Directores de Faculdades de Teologia de Portugal e Espanha e dos Centros de Estudos Teológicos nelas filiados para estudo de dois temas previamente escolhidos: *Departamentos e Exames*. Já nos ocupámos suficientemente do primeiro tema ². Sintetizaremos agora a reflexão sobre o segundo, deixando para estudo mais amplo a exposição crítica dos diversos aspectos pedagógicos, jurídicos e morais implicados no problema dos exames.

Os participantes neste Encontro reconheceram a necessidade de rever o método de avaliação de conhecimentos na linha do princípio pedagógico «participação activa e contínua na própria formação», hoje particularmente caro à juventude e já mais ou menos explicitamente contemplado na legislação da Igreja e dos Estados que se propuseram realizar adequada reforma do ensino ³. Nesta óptica, não só o exame final de cada disciplina há-de ser objecto de avaliação e critério de classificação, mas todo o curso, durante o qual se deve oferecer aos alunos o maior número possível de oportunidades para desenvolver e testemunhar talento, aplicação e aproveitamento. Deste modo, as provas finais de exame tenderão a revestir carácter supletivo. Por sua vez,

¹ Cf. *Didaskalia* 2(1972) 405-408; e 3(1973) 181-186.

² Em *Didaskalia* 3(1973) 181-186.

³ Cf., por ex., Congregação da Educação Católica, *Normae Quaedam* (1968), Principium III e n. 39 e 50; e, no que se refere a Portugal, *Linhas Gerais da Reforma do Ensino Superior*, promulgadas pelo Ministério da Educação Nacional em 1971, III.

a classificação final poderá ser mais objectiva, pois se fundamenta em toda a participação ao longo dos cursos e escapa mais facilmente a factores negativos e proximalmente incontrolláveis, tais como a sorte na atribuição dos temas e as disposições psicológicas momentâneas das partes intervenientes nos exames. Essa objectividade será, em princípio, mais garantida se as classificações forem ponderadas colegialmente pelos professores de cada aluno, sem prejuízo da palavra mais válida e decisiva do professor da respectiva disciplina e da capacidade e rendimento variáveis dos alunos nas diversas matérias⁴. Não se trata, portanto, de enveredar por caminhos de facilidades, mas de efectivar em moldes actuais e personalizantes a tarefa de sempre confiada às Escolas: a sólida formação dos alunos.

Também foi debatido o exame de panorâmica ou *de universa* em Teologia. Antes das *Normae Quaedam*, promulgadas em 1968 pela Congregação da Educação Católica, este exame acompanhava, como exigência indispensável o grau de Licenciatura. Entretanto, nalguns países, como Portugal e Espanha, reconstituiu-se o grau de Bacharelato em seu valor jurídico e funcional. A Igreja secundou esta iniciativa quanto à revalorização (não quanto à obrigatoriedade) do mesmo grau em Teologia. Considerando-se em vigor o exame *de universa* por determinação da Const. *Deus Scientiarum Dominus*⁵, pareceu, entretanto, mais conveniente antecipá-lo e relacioná-lo com o grau de Bacharelato, em consonância com os novos planos de estudos sugeridos ou determinados pelas *Normae Quaedam*⁶. Porém, nas universidades civis portuguesas e espanholas, não se impõe o exame de panorâmica para qualquer grau. Por isso, embora aceitem o princípio de que as Universidades da Igreja não podem ser menos exigentes que as do Estado⁷, os alunos tendem a argumentar que os cursos eclesiásticos podem e devem processar-se com toda a seriedade, mas sem para tanto se exigir um exame de conjunto depois dos vários exames particulares.

Analisado o problema no plano da natureza e do método da Teologia, os participantes concordaram em que não era fácil provar a necessidade estrita

⁴ Nas *Linhas Gerais da Reforma do Ensino Superior*, dá-se a propósito a seguinte orientação: «A avaliação do aproveitamento dos alunos far-se-á segundo a forma estabelecida no estatuto de cada Universidade, devendo ser aplicados progressivamente os seguintes princípios:

a) a avaliação deverá efectuar-se, sempre que possível, ao longo de cada semestre de estudos, tendo em atenção o domínio e a apreensão das matérias revelados nos trabalhos escolares de cada aluno;

b) os exames finais tenderão, sempre que possível, a revestir carácter supletivo;

c) a avaliação do aproveitamento dos alunos do ciclo de formação básica, em cada semestre e em particular no primeiro e segundo semestres do primeiro ano de cada curso, deverá ser feita através de uma apreciação global do trabalho efectuado em todas as disciplinas e da preparação assim obtida» (III, G. 17, pp. 28-29).

A *Ley General de Enseñanza* espanhola é ainda mais explícita e imperativa (cf. art. 11, 2 e 4; art. 31, 1 e 2; e, ainda, *Orden ministerial sobre evaluación continua*, de 16.11.1970).

⁵ Pio XI, Const. *Deus Scientiarum Dominus*, de 24.5.1931, art. 44. Cf. tb. Congregação de Seminários e Universidades, *Ordinationes*, de 12.6.1931, art. 38.

⁶ Cf. *Normae Quaedam*, n. 44.

⁷ *Ib.*, n. 50; e *Linee direttive per un piano di sviluppo dell'Università Cattolica Portoghese*, de 1.10.1971, III, 1.2, e V, 4.1.

de tal exame. Deverá antes, falar-se de grande conveniência. Sob este aspecto, o grau de Bacharelato poderia conferir-se sem exame especial, uma vez concluído o Ciclo Geral. A harmonização e síntese de conhecimentos poderia garantir-se de outra maneira: por exemplo, com o esforço contínuo em assimilar perfeitamente o conteúdo de cada matéria, no contexto da participação activa na própria formação, e por uma prova complementar da matéria que não pôde ser explicada mas deve ser igualmente conhecida e testemunhada. Em todo o caso, importa repetir que não se põe em dúvida a grande conveniência de um exame de revisão, síntese e harmonização de conhecimentos, que não deveria necessariamente estar unido aos graus de Bacharelato ou Licenciatura, mas poderia fazer-se como remate dos Ciclos Geral ou Complementar ou como base deste último. Entretanto, de todas estas hipóteses, a mais vantajosa parece ser a de o colocar no fim do Ciclo Geral, o que aliás está sendo urgido pela Congregação da Educação Católica em algumas Faculdades onde se levantaram dúvidas sobre a obrigatoriedade de tal exame na fase presente da renovação dos estudos eclesiais.

Na impossibilidade de se chegar a conclusão satisfatória, capaz de alterar a tradição comum, embora por vezes contestada, das Faculdades de Teologia, pareceu bem aos participantes incluir o tema na agenda da próxima reunião, juntamente com outro, de não menos interesse, que entretanto surgira no debate: o do valor específico e duração mínima do curso teológico para os graus de Bacharelato e de Licenciatura, em paralelo com as condições exigidas nas universidades civis para atribuição dos mesmos graus. Com efeito, o problema da equivalência dos cursos e graus de Teologia é vivamente sentido por todos os que neles estão interessados. O da duração dos ciclos também deve ser atentamente ponderado, pois se corre o risco de não serem procurados por demasiado longos. À primeira vista, os graus em Teologia deveriam poder conferir-se no mesmo espaço de tempo que nas demais Faculdades: três anos para o Bacharelato e cinco para a Licenciatura. Não será possível conseguir-se a Licenciatura em Teologia no fim do Ciclo Geral? O que se intuía como possibilidade ficou para ulterior reflexão e diálogo no Encontro seguinte marcado para Burgos nos dias 29 e 30 de Abril de 1973.

Adiado de 29 e 30 de Abril para 2 e 3 de Junho de 1973, o III Encontro de Directores das Faculdades de Teologia de Portugal e Espanha e dos respectivos Centros Teológicos filiados celebrou-se nesta data em Burgos, na sede da Faculdade de Teologia. Presentes os representantes das Faculdades de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, de Burgos, Vitória, Salamanca, Comillas, Granada, Deusto, Barcelona (S. Francisco de Borja), Barcelona (S. Paciano), Pamplona, San Estéban (Salamanca), Torrente (Valencia), Alcobendas (Madrid), Seminários de Valencia, Oviedo e Sigüenza, Institutos Agostiniano de Valladolid, *Gaudium et Spes* de Salamanca, Salesiano de Barcelona e Salesiano de Salamanca.

Os temas seleccionados no Encontro anterior foram preparados e expostos no contexto mais vasto da identidade e tarefas das Faculdades de Teologia nos nossos dias. Porém, o diálogo incidiu prevalentemente sobre a *possibilidade*

da Licenciatura em Teologia no prazo de cinco anos, a equivalência dos cursos e graus de Teologia e a questão do exame de Bacharelato.

Quanto ao primeiro ponto, o expositor e os demais participantes admiram, em princípio, não só a possibilidade mas a viabilidade de se fazer a Licenciatura em cinco anos. O problema deveria, entretanto, equacionar-se com a preparação específica dos candidatos ao sacerdócio que frequentam as Faculdades e com as diligências a envidar junto das autoridades eclesiásticas e civis para aprovação do projecto.

Parecia aos participantes normal e conveniente que os cinco anos de estudos eclesiásticos terminassem com a Licenciatura e não com o Bacharelato. Porém, surgiram interrogações como estas: Será possível cumprir com seriedade profissional em cinco anos o programa de estudos filosófico-teológicos até agora ministrado em sete? Será ao menos possível seleccionar os capítulos fundamentais dos estudos eclesiásticos, aprofundá-los e conciliá-los, de sorte que os alunos assimilem devidamente em cinco anos enriquecedora síntese da fé e alcancem suficiente maturidade para reflectir e interpretar criteriosamente as realidades do mundo, do homem e de Deus em perspectiva teológica? Por outra parte, reduzindo-se a cinco anos o currículo de estudos filosófico-teológicos para a Licenciatura em Teologia, teria de confiar-se aos superiores a organização do Curso de Pastoral indispensável para os candidatos ao sacerdócio ou, então, organizar nas próprias Faculdades essa especialização, que poderia prolongar-se por dois anos e terminar com Licenciatura em Teologia Pastoral.

Sob o ponto de vista didáctico, a Licenciatura em cinco anos postularia total dedicação dos alunos e de numeroso grupo de professores; orientação contínua do trabalho dos alunos, quanto possível, em regime de tutoria; cuidadosa elaboração e execução de programas; especial atenção à participação activa dos alunos por via de assíduos contactos e trabalhos com o professor e de reuniões dos professores de cada Departamento e de toda a Faculdade.

Quanto a diligências oficiais para aprovação deste projecto, era evidente a necessidade de recorrer à Santa Sé. Porém, o recurso apenas se deveria fazer depois de se concluir pela viabilidade prática do projecto. O reconhecimento da autoridade civil seria consequente e, no regime concordatário em vigor, relativamente fácil.

Para avançar no diálogo em ordem a conclusões práticas, foram postas e votadas em assembleia as seguintes questões: Será conveniente que os estudos teológicos de nossas Faculdades, uma vez cumpridos os requisitos de programas, professores e métodos didácticos, terminem no mesmo prazo de tempo e com os mesmos títulos que as especializações afins nas universidades civis? Quais as condições a satisfazer e os programas a realizar para a proposta ter garantias de êxito? Verificados os necessários requisitos, será conveniente pedir à Santa Sé que ao actual grau de Bacharelato se passe a chamar Licenciatura, procurando-se um nome distinto para a especialização dos dois anos seguintes? Convirá nomear uma comissão que recolha as sugestões e estude as modalidades concretas de execução da proposta, a fim de que sejam presentes no próximo Encontro de Directores de Faculdades e, caso se aprovem, permitam realizar as necessárias diligências? Quantos e quais os membros dessa Comissão?

Tendo-se respondido afirmativamente à primeira pergunta, procedeu-se ao estudo individual e por grupos das restantes. No plenário que se seguiu,

foram lidas as sugestões apuradas. Destacamos as mais importantes: Deveria criar-se uma Junta de Directores das Faculdades de Teologia da Península Ibérica com a função geral de coordenar e animar as actividades e iniciativas das Faculdades e demais Centros Teológicos filiados; na concretização da proposta, deverá dedicar-se especial atenção à legislação da Igreja e do Estado e à interdependência da aprovação de uma e de outro; deverá elaborar-se um plano de estudos completo e unitário, embora integrando apenas os problemas teológicos fundamentais, capaz de ser realizado em cinco anos; necessidade, para execução do plano, de ao menos dez professores a tempo pleno e cerca de vinte a tempo parcial, com os títulos académicos superiormente exigidos; urgência de meios bibliográficos, didácticos, técnicos e económicos a nível das Faculdades bem dotadas; aplicação esmerada do princípio da participação activa; revisão das condições de admissão, no sentido de responsabilizar mais os alunos pela sua condição de profissionais do estudo.

Nomeou-se uma Comissão de quatro membros para estudar pormenorizadamente estes e outros pontos, sendo três representantes de Faculdades e um delegado dos Centros filiados.

Sobre a equivalência dos títulos eclesiásticos e civis, foram comunicados alguns elementos recolhidos em contacto directo com dois Offícios da Congregação da Educação Católica e relativos ao actual reconhecimento que os títulos eclesiásticos obtêm nos diversos países e às diligências que os Seminários têm feito para serem autorizados a conferir graus académicos quanto possível reconhecidos pelo Estado. Em relação às Faculdades da Igreja, o reconhecimento teórico dos graus por elas conferidos consegue-se com relativa facilidade; mas, o alcance prático desse reconhecimento é mínimo, sobretudo no que se refere à Teologia. A deficiência, porém, não se deverá apenas ao carácter original da Teologia e à reserva de alguns Governos. Por iniciativa das comunidades académicas e das autoridades da Igreja poderiam abrir-se horizontes mais vastos de aplicação dos conhecimentos teológicos.

Resumiu-se a pouco o debate sobre o exame de panorâmica actualmente exigido, nas Faculdades de Teologia da Península Ibérica, para atribuição do grau de Bacharelato. Desde a última Reunião, em que fora decidido continuar o diálogo à procura da solução prática mais satisfatória para todos, a Congregação da Educação Católica enviara à Faculdade de Teologia de Barcelona (Secções de S. Francisco de Borja e de S. Paciano) e, seguidamente, às demais Faculdades de Espanha, especial ofício, declarando que os Ciclos Geral e Complementar se revestem de individualidade própria e, por isso, a cada um deverá seguir-se «exámen de carácter general, que abarque las materias principales del ciclo entero al que se refiere» (Prot. N. 1245/72, datado de 31 de Janeiro de 1973).

Estando suspensa a hipótese da supressão de tal exame na fase presente da renovação dos estudos teológicos, apenas seria possível, de momento, estudar as modalidades em que eles se devem processar, e insistir no aperfeiçoamento global da organização universitária e dos métodos didácticos, a fim de que os exames em geral assumam cada vez mais carácter supletório e, consequentemente, o exame de panorâmica se revele com evidência e naturalidade uma prova dispensável enquanto vantajosamente substituída por muitas outras ao longo do currículo teológico. Cada Faculdade está empenhada em descobrir

as formas mais adequadas para satisfazer estas exigências e disposta a comunicar as suas experiências às instituições congéneres.

Concordou-se finalmente em celebrar o próximo Encontro em Salamanca no dia 2 de Setembro, imediatamente antes do Congresso Internacional e Intercontinental de Responsáveis das Faculdades de Teologia. A Faculdade de Teologia da Universidade Pontifícia de Salamanca ficou encarregada da organização.

Com a presença de representantes das Faculdades de Teologia de Portugal e Espanha e dos respectivos Centros Teológicos filiados, o Encontro de Salamanca, realizado em todo o dia 2 e na tarde de 4 de Setembro de 1973, proporcionou criterioso trabalho sobre dois temas principais: 1) *Plano de estudos mínimo requerido para a Licenciatura em Teologia* e relação desta com o mesmo grau conferido em especialidades afins nas Escolas Superiores do Estado; 2) *Criação da Junta de Directores de Faculdades* e aprovação dos respectivos Estatutos. Em complemento e ilustração do primeiro tema, foram ainda apresentadas duas comunicações: uma, sobre a «situação académica dos Centros filiados e os problemas que os afectam no campo do reconhecimento de títulos académicos pela autoridade civil»; e, a segunda, sobre «a outra solução de equivalência do título eclesiástico-civil», isto é, sobre o paralelismo das Licenciaturas nas Faculdades da Igreja e do Estado segundo o regime vigente.

O primeiro tema incluía uma confrontação de dados relativos a planos de estudos, programas de cursos, conteúdo de disciplinas e número de aulas. De todos esses elementos recolhidos e analisados pela Comissão nomeada em Burgos, parecia evidente dever concluir-se ser muito difícil, se não impossível, elaborar um plano de estudos para a Licenciatura em Teologia no fim do Ciclo Geral. A Comissão dispensara-se, portanto, de o elaborar. Por outra parte, revelara-se também descabido recorrer às autoridades competentes para aprovação do projecto que na Reunião anterior parecera viável, pois, em relação à Santa Sé, os cinco anos de estudos filosófico-teológicos, correspondentes aos Ciclos Propedêutico e Geral, não poderão facilmente ser reconhecidos como cinco anos de Teologia e, portanto, não deverão terminar com uma Licenciatura em Teologia, mas sim (pressupostas ligeiras alterações no plano de estudos) com Licenciatura em «Ciências Religiosas» ou «Ciências Eclesiásticas». Em relação às Universidades Cívicas, a duração do curso de Licenciatura em Teologia é exactamente o mesmo que se exige nas Faculdades e especializações afins: cinco anos, ou seja, os três do Ciclo Geral mais dois do Ciclo Complementar.

A primeira comunicação complementar insistiu na mesma solução: «Licenciatura em Teologia por Licenciatura em ciências afins no prazo de cinco anos» e não «Bacharelato por Licenciatura», muito embora o Ciclo Geral de Teologia seja precedido de dois anos de Filosofia correspondentes ao Ciclo Propedêutico. A consonância das legislações eclesiástica e civil revelara-se mais real do que parecia. Mais do que na duração dos cursos, deverá pensar-se em obter o reconhecimento completo e funcional dos graus de Teologia; reconhecimento que, em última análise, é um acto jurídico da autoridade civil, mas se prepara e merece pela autoridade moral das Escolas Teológicas testemunhada

no ensino, investigação e demais actividades académicas no seio das comunidades políticas.

A comunicação relativa aos Centros filiados, elaborada à base de prévio inquérito, forneceu dados muito interessantes. Todos os Centros se estão organizando com muita seriedade, querendo, para isso, viver em mais estreita comunhão com as Faculdades. Existem em Espanha 16 Centros filiados em diversas Faculdades. O número de alunos de cada Centro oscila entre um mínimo de 71 e um máximo de 221. Na grande maioria dos Centros, 80 a 90% dos alunos fazem com êxito o Bacharelato. O número de professores em cada Centro varia entre 23 e 42. Nenhum Centro tem menos de 5 professores com o grau de Doutoramento. Um deles menciona 20 com este grau. Todos os Centros cuidam do futuro, preparando novos professores. As bibliotecas dos Centros estão mais ou menos guarnecidas, algumas muito bem. O enriquecimento é bastante notório na secção de revistas. Cultiva-se a tendência para multiplicar as publicações próprias dos Centros. O plano de estudos compreende em geral cinco anos. Poucos mantêm o plano antigo de seis anos. No primeiro ano do Ciclo Propedêutico, o curso é apenas filosófico. No segundo, introduzem-se frequentemente disciplinas teológicas, fundamentalmente bíblicas. Nalguns Centros, em vez da integração temática Filosofia-Teologia, adopta-se a ordem cronológica: primeiro, só Filosofia e depois Teologia. O Curso de Pastoral é mais intenso sob o ponto de vista doutrinal onde o biénio propedêutico consta exclusiva ou quase exclusivamente de Filosofia.

Quanto ao segundo tema do Encontro, «formação da Junta de Decanos e aprovação dos respectivos Estatutos», ficou decidida a criação da Junta e foi aprovado um projecto de Estatutos. A Junta é constituída por todos os Decanos ou Directores das Faculdades de Teologia de Portugal e Espanha. Tem como fim genérico a mútua ajuda, colaboração e coordenação de esforços na condução das Faculdades. Mais em concreto, a Junta propõe-se estudar os problemas comuns de índole académica, económica e administrativa; programar a acção conjunta a nível local, nacional, internacional; fomentar as tarefas de investigação, leccionação e extensão universitárias, organizando congressos, cursos, reuniões, etc.; definir e aperfeiçoar os critérios comuns de acção para o recto funcionamento das Faculdades; colaborar com a Hierarquia, sobretudo com as Comissões Episcopais de Universidades; permutar informações, calendários, programas, publicações, convites...; outras tarefas similares.

O próximo encontro foi marcado para os dias 8 e 9 de Dezembro, em Madrid. A Faculdade de Teologia de Comillas encarregou-se da organização. Seleccionou-se como tema principal para desenvolvimento e reflexão o seguinte: *Planos de estudos, sobretudo o do Ciclo Geral.*

Imediatamente após a X Assembleia Geral da Federação Internacional de Universidades Católicas (FIUC), realizada em Salamanca de 26 de Agosto a 3 de Setembro de 1973, em que a Universidade Católica Portuguesa esteve representada pelo seu Reitor, seguiu-se a I Reunião dos Responsáveis de Faculdades e Departamentos de Teologia, que será objecto do presente apontamento.

Estiveram presentes mais de cem delegados da maior parte das referidas Escolas, em representação de vinte e sete países dos vários continentes: Portugal, Espanha, França, Itália, Bélgica, Alemanha, Holanda, Suíça, Irlanda, Malta, Polónia, Hungria, Grécia, Rússia, Roménia, Estados Unidos da América, Canadá, Brasil, Chile, Colômbia, Peru, Israel, Líbano, Índia, Japão, Formosa, e Zaire. A Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa fez-se representar pelo Director do Departamento de Teologia Sistemática ⁸.

Magnífico Encontro não só de trabalho mas também de fraternidade e ecumenismo, em que participaram católicos, ortodoxos e protestantes ⁹.

Foi planeado pelos teólogos que participaram na IX Assembleia Geral da FIUC celebrada em Boston em 1970. O projecto amadureceu em vários encontros regionais. Uma vez decidido, fez-se a convocação para Salamanca, a fim de ter lugar em estreita relação com a Assembleia da FIUC, não por ser uma actividade dela, mas para se aproveitar da montagem técnica e permitir a presença de maior número de Responsáveis.

⁸ Além da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, estavam representadas as seguintes Escolas Teológicas: Salamanca (Univ. Pontifícia), Comillas, Granada, Deusto, Burgos (Faculdade), Vitória, Barcelona (S. Francisco de Borja), Barcelona (S. Paciano), Navarra, San Estéban (Salamanca), Torrente (Valencia), Alcobendas (Madrid), Seminários de Madrid, Burgos, Oviedo e León; Gregoriana, Urbaniana, Lateranense, Angelicum, Antonianum, Anselmianum, Salesianum, S. Boaventura (Roma), Sacro Cuore de Milão, Interegionale de Milão, Nápoles, Cagliari, Instituto Oriental (Roma), Paris, Lyon, Toulouse, Lille, Bona, Frankfurt-am-Main, Tilburg, Trier, Lovaina (língua francesa), Lovaina (língua flamenga), Instituto de Bruxelas, Nímega, Utrecht, Lucerna, Coire, Dublin, S. Patrício (Irlanda), Malta, Budapeste, Varsóvia, S. Francisco (USA), Notre-Dame (USA), Georgetown (USA), S. Vladimiro of Crestwood (N.-Y.), Québec, Laval, Montréal, Tois-Rivières (Canadá), St. Paul (Canadá), Toronto, Ottawa, Sherbrooke (Canadá), Rio de Janeiro, Petrópolis, S. Paulo, Belo-Horizonte, Porto-Alegre, Bogotá, Lima, Cordoba (Argentina), Univ. Cat. do Chile, Univ. Nacional do Zaire, Sophia University (Japão), Fu-Jen, Dalat, Alwaye (Índia), All India Association for Christ. Education, St. Esprit Kaslik (Líbano), Instituto Ecuménico de Tântur (Jerusalém), Atenas, Tessalónica, Instituto SIBIU (Roménia), Moscovo e Leninegrado. Estiveram ainda presentes o Delegado da Congregação da Educação Católica (Mons. Flaminio Cerruti) e os Presidente e Secretário Geral da FIUC, respectivamente P. Hervé Carrier e Mons. Georges Leclercq.

⁹ De certo sensacionalismo se revestiu a presença de dois representantes da Igreja Ortodoxa Russa: Alexis Danilovich Ostapof, Professor e Prefeito de Estudos da Academia Teológica de Moscovo; e Vladimir Sorokin, Vice-Reitor da Academia Teológica de Leninegrado. Em entrevistas a particulares e a órgãos da imprensa, deram a conhecer aspectos interessantes da vida religiosa e da formação teológica na URSS. Declararam, por exemplo, que, na Rússia, as igrejas se enchem de fiéis, actualmente professando uma fé menos formal e mais comprometida. Em todo o país, existem cinco escolas, três seminários e quatro academias de formação religiosa superior. Os seminários e academias são frequentados pelos jovens que se destinam ao sacerdócio depois de receberem o ensino primário e médio nas escolas do Estado e de terminarem o serviço militar, que, entretanto, também pode ser prestado durante os estudos eclesiásticos. São jovens não só da URSS, mas também procedentes da América, Índia, Japão, Etiópia, Finlândia, Roménia, Checoslováquia, etc. No presente ano, frequentam as Academias de Moscovo e de Leninegrado e, ainda, o Seminário de Moscovo seiscentos estudantes. Para as necessidades da Igreja Russa, não existe problema de vocações sacerdotais. As escolas, seminários e academias de formação religiosa são mantidas com as contribuições da Igreja Russa. Igreja e Estado vivem completamente separados e não se verificam intromissões do Estado no campo da formação cultivado pela Igreja.

Aliás, o Secretariado da FIUC havia colaborado já na preparação. Acautando sugestões dos participantes nos referidos encontros regionais, pedira a alguns teólogos trabalhos escritos de informação e mentalização sobre temas que se previa iriam ser objecto preferido de diálogo na Reunião. Assim, foram previamente distribuídos aos participantes os seguintes trabalhos: P. Liegé, *Nature de la théologie et objectifs d'une faculté de théologie*; Ph. Delhay, *Relations de la Faculté de théologie avec la hiérarchie de l'Église*; P. Alfaro, *Théologie, philosophie et sciences humaines*; St. Michael's College (Toronto), *Faculté de théologie intégrée à une université d'État*; P. Fernández, *Faculté de théologie en pays de majorité non-chrétienne*; Teólogos da América Latina, *Théologie et engagement politique*; University of Notre-Dame, *Département de théologie aux U.S.A.*; H. Carrier, *Pour une coordination de la recherche dans l'Église*.

Tratando-se de um primeiro Encontro, não se tinha em vista o estudo de questões teológicas a nível doutrinal, nem sequer a execução de programa rigorosamente definido. Pressupunha-se de mais interesse para os congressistas reflectir em conjunto sobre diversos problemas que se podem compendiar nesta questão geral: Como organizar as Faculdades de Teologia para que possam corresponder às necessidades da Igreja e do mundo contemporâneos?

Depois da saudação de boas-vindas pelo Reitor da Universidade Pontifícia de Salamanca, o P. Carrier, Presidente da FIUC, abriu o Congresso e convidou os participantes a eleger um Comité de Direcção. Este ficou constituído por Olegario González, Decano da Faculdade de Teologia da Univ. Pont. de Salamanca, como Presidente; e por A. Houssiau (Lovaina), J. G. Lemarier (St. Paul, Canadá) e F. Dominic (Alwaye, Índia), como Secretários.

Em seguida, a assembleia escolheu alguns temas concretos para debater por grupos e nos plenários. Foram os seguintes: 1) Identidade e função específica das Faculdades de Teologia em relação com outros centros ou lugares de estudo (por exemplo, as Faculdades de Ciências Humanas, os Institutos de Ciências Religiosas, os Grupos Informais de Base), em que, directa ou indirectamente, se trate ou deva tratar dos problemas humanos em perspectiva cristã; 2) Inserção das Faculdades de Teologia na missão da Igreja, com especial relevo para o possível e necessário contributo das Faculdades na responsabilidade pastoral e na função magisterial da Igreja, bem como na animação das relações interconfessionais cristãs e não cristãs; 3) Responsabilidade das Faculdades de Teologia no mundo contemporâneo, circunscrevendo-se o mais possível os problemas e os meios de solução que devem ser objecto da investigação e do ensino, tais como as questões do desenvolvimento, da libertação, justiça social, ecologia, população; 4) Adaptação das Faculdades de Teologia ao novo tipo de alunos, especialmente no que se refere à maior participação dos leigos, a qual terá inevitáveis reflexos nos programas, condições de admissão, preparação e actuação dos professores, etc.¹⁰.

¹⁰ São estas, pelo visto, preocupações constantes da própria FIUC, como pode ver-se dos títulos das publicações que tem editado: *L'université catholique et le développement*, Paris, 1971; *L'autonomie des universités catholiques*, Paris, 1965; *Planification de l'éducation*, Paris, 1964; *Les sciences économiques dans l'enseignement supérieur catholique*, Paris, 1970; *L'université catholique dans le monde moderne*, Paris, 1969; *The cultural and educational aspects of development*, Paris, s.-d.

Só os três primeiros pontos foram debatidos em grupos e postos em comum nos plenários. A impressão colhida dos diversos relatos e no diálogo que os acompanhou e seguiu pode sintetizar-se deste modo: As Faculdades de Teologia, atentas aos sinais dos tempos, devem considerar-se instrumentos de grande utilidade no serviço da Igreja e do mundo; estreitar entre si e as instituições congêneres os laços da comunhão; comprometer-se na vida dos homens com respostas actuais inspiradas na fé e o mais razoáveis possível. Diz-se «as Faculdades de Teologia», e não apenas um ou outro teólogo que nelas presta serviço, pois, nos nossos dias, a actuação colegial é muito mais válida e insuspeita para reflectir e testemunhar a visão cristã dos problemas e realidades.

Todos os grupos de trabalho sugeriram a constituição de um comité internacional permanente das Faculdades de Teologia, o qual, em nome das Faculdades representadas nesta I Reunião, se encarregasse de fomentar a comunhão entre todos os Centros Teológicos; de promover encontros de estudo e diálogo; de estabelecer relações com individualidades e escolas congêneres ortodoxas, protestantes e até não cristãs; e de redigir uma lista de todas as Escolas Superiores de Teologia existentes no mundo e comunicar dados relativos ao funcionamento das mesmas.

Elegeu-se este Comité Permanente, que ficou constituído pelos seguintes membros: P. Liegé, Presidente; Olegario González, Secretário; J. G. Lamarier, Vogal pela América do Norte; A. Antogniazzi, Vogal pela América do Sul; F. Dominic, Vogal pela Ásia e Oceania; J. N'Tedika, Vogal pela África; e E. Khalife-Hachem, Vogal pelo Médio Oriente. O Comité trabalhará em estreita colaboração com o Secretariado Geral da FIUC, com sede em Paris.

A II Reunião dos Responsáveis de Faculdades de Teologia foi marcada para 1975 em Nova-Delhi, onde também se celebrará a XI Assembleia Geral da FIUC. Vários temas se propuseram para estudo, mas deixou-se ao Comité Permanente o encargo de recolher essas e outras sugestões, a partir das quais seleccionará os temas que se revelarem de mais flagrante interesse.

A. PEREIRA DA SILVA